

O ALGODÃO DO BRASIL E A ECONOMIA ATLÂNTICA: COMPARAÇÕES ENTRE MARANHÃO E PERNAMBUCO (C.1750- C.1810)

*Diego de Cambraia Martins*¹

Doutorando em História Econômica (FFLCH-USP)

cambraia.martins@hotmail.com

*Felipe Souza Melo*²

Mestre em História Econômica (FFLCH-USP)

felipe_melo1989@hotmail.com

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar e comparar a trajetória econômica do algodão nas duas maiores regiões produtoras do Brasil: Maranhão e Pernambuco. Para isso, nos baseamos em dados originais de exportações entre as décadas de 1750 e 1810, período de maior presença da fibra brasileira nos mercados estrangeiros, assim como em diversas outras informações quantitativas e qualitativas inéditas. A análise mostrou que o escravismo foi crucial para a produção algodoeira no Maranhão, mas não foi expressivo para o caso pernambucano. O artigo também demonstra como as duas regiões estavam ligadas a economia Atlântica, com o algodão brasileiro ganhando destaque em momentos de paralização ou diminuição dos fluxos mercantis do Caribe, seu principal concorrente antes da ascensão da produção norte-americana no começo do século XIX.

Palavras-chave: Algodão brasileiro. Maranhão e Pernambuco. Produção. Comércio. Economia Atlântica no século XVIII.

The cotton of Brazil and the Atlantic economy: comparisons between Maranhão and Pernambuco (c.1750-c.1810)

Abstract

The article aims to analyze and compare the economic path of cotton in the two largest producing regions of Brazil: Maranhão and Pernambuco. In order to do this, we rely on original export data between the 1750s and 1810s, the period of greater presence of Brazilian cotton in foreign markets, as well as in several other unpublished quantitative and qualitative information. The analysis showed that slavery was crucial for cotton production in Maranhão, but it was not significant for the Pernambuco case. The article also demonstrates how the two regions were linked to the Atlantic economy, with Brazilian cotton gaining importance at times of slowing or declining trade flows in the Caribbean, its main competitor before the rise of US production in the early nineteenth century.

Keywords: Brazilian cotton. Maranhão and Pernambuco. Production. Trade. Atlantic Economy in the eighteenth century.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica, FFLCH/USP. Essa pesquisa vem contando com o apoio financeiro do CNPq e teve uma bolsa de estágio de pesquisa nos acervos portugueses concedida pela Cátedra Jaime Cortesão em parceria com o Instituto Camões.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica, FFLCH/USP. Parte dessa pesquisa contou com o apoio financeiro da Fapesp/Capes [Nº do processo 2014/11038-1] e bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) da Fapesp [Nº do processo 2015/13763-8].



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

Introdução

Recentemente, o algodão vem despertando o interesse de pesquisadores pelo mundo. Os pontos de partida são vários, passando pela produção agrícola, circulação, manufatura e consumo. É um produto, assim como outros, que consegue se envolver com diversas temáticas, como a mobilização de mão de obra (seja ela cativa ou livre), os modos de produção tanto para se plantar como para manufaturar a fibra em tecidos e roupas, e também enseja discussões acerca da moda, estilo de vida e status social (Riello; Parthasarathi, 2009). Originalmente famoso pela sua procedência asiática, nomeadamente indiana, o algodão se adequou cada vez mais ao gosto das populações europeias, americanas e africanas, mas só foi despertar o interesse de produtores, mercadores e manufatores ocidentais na segunda metade do século XVIII. O ponto de viragem, como explorou Sven Beckert (2015, p. 64-67), foi quando os europeus desenvolveram novas formas industriais de economizar trabalho, instigando o desenvolvimento tecnológico e aumentando a produtividade ao ponto de baratear os tecidos. Por conseguinte, não só o mercado para o consumo do produto final foi alargado, mas também o mercado para os produtores da matéria-prima encontrou terreno fértil para crescimento a partir da segunda metade do século XVIII.

O Brasil foi palco dessa euforia, fornecendo a fibra em estado cru para os manufatores europeus. Contudo, o Atlântico Sul não foi a primeira opção dos industriais, principalmente dos ingleses. Inicialmente, grande parte da fibra era importada da Índia. Mas o alto custo de produção dessas regiões, somado ao custo do transporte, foi se tornando uma preocupação para os consumidores britânicos. Por isso eles pressionaram cada vez mais o governo a incentivar a produção nas Índias Ocidentais. Pela década de 1780, Barbados, que há muito havia perdido seu espaço como grande produtor de açúcar para a Jamaica, se tornou a maior colônia inglesa produtora de algodão. Não obstante, a França, também engajada na industrialização, tinha em Santo Domingo a sua principal fonte de algodão em rama. Na verdade, Santo Domingo foi se tornando a maior produtora de algodão do Caribe, até o momento da revolução de 1791. Apesar das fronteiras políticas e econômicas que separavam as ilhas, uma boa parte do algodão de Santo Domingo ia para a Jamaica em troca de escravos, contabilizando mais uma fonte de matéria-prima para a indústria britânica e ao mesmo tempo alimentando a ilha francesa com trabalhadores escravizados (Beckert, 2015, p. 84-105).



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambráia Martins e Felipe Souza Melo

O Império português, por meio de suas autoridades governamentais e suas companhias monopolistas de comércio, assim como lavradores e mercadores particulares, também começou a se interessar no promissor ramo do algodão. Rapidamente, num período de trinta anos (da década de 1750 a 1780), ela se tornou a mercadoria mais valiosa de duas regiões da América Portuguesa: Maranhão e Pernambuco. Foi o segundo principal produto de exportação da colônia portuguesa entre 1796 a 1811, perfazendo 24,4% do total das mercadorias enviadas para o reino, perdendo apenas para o açúcar, que atingiu o topo de 34,7%. Nesse mesmo período, as regiões brasileiras exportaram 5.664.372 arrobas de algodão para Portugal. Somente a região Amazônica (que englobava Maranhão e Grão-Pará) e Pernambuco (conjuntamente com a capitania vizinha da Paraíba) responderam por 83,70% dos despachos. De todos os compradores de algodão, Inglaterra e França eram os mais expressivos, adquirindo 86,44% do algodão produzido no Brasil (Arruda, 1980, p. 353, 368-371). Por fim, entre 1791 a 1801, o algodão da América portuguesa foi responsável por 40% da fibra negociada em Liverpool, o principal mercado para o produto (Pereira, 2017, p. 12).

Com números tão impactantes, surpreende que a historiografia brasileira e portuguesa pouco se dedicou a estudos específicos sobre as semelhanças e diferenças entre as duas principais regiões produtoras do Brasil.³ O objetivo do artigo é justamente preencher essa lacuna. Para tal, nos servimos dos registros de exportação retirados de cerca de 1.500 embarcações que saíram das duas praças com destino a Portugal. Os dados são inéditos e, com o auxílio de outros documentos, contribuem para uma melhor compreensão das condições produtivas e de mercantilização das duas regiões. O período abrangido diz respeito ao momento de maior crescimento da produção e exportação de algodão das colônias brasileiras, entre a década de 1750 até a década 1810. Após a segunda década do século XIX, a produção se manteve inelástica, maioritariamente devido a competição norte americana (Stein, 1957, p. 198. Barbosa, 1989, p. 14-15. Ellison, 1886, p. 86).

Os resultados atingidos permitem contribuições em dois debates recentemente ventilados pela historiografia. O primeiro tem raízes nos trabalhos de Eric Williams (2012), Caio Prado Junior (1942) e Fernando Novais (1995), passando pelos monumentais esforços de Immanuel Wallerstein (1980) e que tem recentemente Sven

³ Com exceção dos estudos de Ribeiro Junior (1981) e Arruda (2016). O algodão brasileiro foi estudado mais para o século XIX, e para esse período existe uma extensa bibliografia.



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

Beckert (2015) como um dos principais renovadores da corrente que defende uma estreita ligação entre colonialismo, escravismo, tráfico de escravos e o desenvolvimento econômico europeu. Esse tipo de perspectiva, desde a contribuição de Williams na década de 1940, recebeu fortes críticas. Acadêmicos anglo-saxões, e mesmo latino-americanos, desconfiaram fortemente dos rigorosos laços que uniam as periferias do Atlântico com os ricos centros europeus (Emmer; Pétré-Grenouilleau; Roitman, 2006. Olmstead; Rhode, 2018. Cardoso, 1987). O segundo debate é mais recente e ainda de pouca repercussão. Com novos dados, retirados das alfândegas da Inglaterra, Thales Augusto Zamberlan Pereira (2017) argumenta que não existia uma correlação muito clara entre o crescimento das exportações de algodão do Brasil com as interrupções nos fluxos mercantis dos concorrentes caribenhos na segunda metade do século XVIII. Contesta, portanto, uma visão muito arraigada na historiografia que advoga que os choques externos foram benéficos para a economia agrário-exportadora brasileira.

Isto posto, o artigo está dividido em seis partes, afora essa introdução e as nossas considerações finais. A primeira seção explora o início das exportações do algodão maranhense e o papel bem sucedido que a companhia monopolista teve no seu desenvolvimento. A segunda procura explicar a importância do escravismo no Maranhão para a produção da fibra e a terceira se dedica ao aspecto comercial no período monopolista. A quarta parte se esforça em compreender o trabalho livre como elemento crucial para economia algodoeira em Pernambuco. A quinta seção explora os períodos de pós-monopólio, tanto no Maranhão que começa em 1777, quanto em Pernambuco que se inicia em 1780, explicando como os mercadores particulares faziam o algodão chegar a metrópole. Por fim, a sexta parte procura inserir as duas regiões brasileiras nas conjunturas engendradas pela economia Atlântica, tentando demonstrar como o Brasil se beneficiou das paralisações produtivas ou mercantis que tomaram lugar no Caribe e na Europa.

1. O início das exportações de algodão: Maranhão e a companhia monopolista

Qualquer um familiarizado com a economia exportadora brasileira nos séculos que encerraram a sua colonização vai se lembrar do açúcar em primeiro lugar, do ouro, do tabaco e talvez das couramas. Em termos de economia agrícola o Brasil colonial ficou marcado, na historiografia e talvez na mente dos coevos, pela sua representatividade



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambráia Martins e Felipe Souza Melo

como um açucareiro de destaque no mercado Atlântico, desde 1580 até o século XIX e, muito provavelmente devido a seu caráter de longa duração, o açúcar ofuscou outros gêneros tropicais. O algodão, que teve uma curta conjuntura favorável entre os séculos XVIII e XIX, é um desses produtos. Não deve surpreender, portanto, que o lugar de gênese da fibra como matéria exportável - pois ela já era conhecida dos índios antes da chegada dos portugueses – foi no Maranhão, uma região que não se adaptou muito bem a cultura da cana. Contudo, isso só não encerra a questão. Na verdade, o estudo do empreendimento algodoeiro (nos diversos ramos que o tocam: produção, mão de obra, comercialização, etc) abre várias questões que outras culturas tropicais não suscitaram. Afinal, como lembrou Sven Beckert (2015, p. xvii), o “açúcar e tabaco não criaram um vasto proletariado industrial na Europa. O algodão criou.”

A trajetória econômica das regiões amazônicas, principalmente Maranhão, destoava sensivelmente das clássicas e bem-sucedidas regiões de Pernambuco e Bahia. Enquanto nessas últimas o açúcar, tabaco e couromas, com o auxílio de africanos escravizados, demonstravam uma forte importância na contabilidade do Império, contribuindo com grandes impostos e uma carreira promissora para os mercadores, a Amazônia na primeira metade dos setecentos encontrava dificuldades para expandir sua agricultura em grande escala e atrair mão de obra cativa africana. A situação provavelmente não era de decadência e marasmo, porquanto o trabalho indígena, nas mãos de instituições religiosas ou de colonos, contribuiu para a produção de riqueza. Além disso, antes de 1755, existia um fluxo recorrente de embarcações que ligavam o Norte do Brasil com Lisboa.⁴ A produção de açúcar existia mas era pequena. Maranhão contava com apenas 31 engenhos, e mesmo assim foi se tornando mais vantajoso utilizar as fábricas para a confecção da cachaça. As “drogas do sertão”, como eram chamados, ou simplesmente os “produtos da floresta” (baunilha, salsaparrilha, tintas e, principalmente, o cacau), dependentes do trabalho indígena, foi provavelmente a alternativa econômica do Norte do Brasil para contornar os entraves da produção agrícola (Schwartz, 2004, p. 397). Embora se desconheça a magnitude dessa riqueza, ela era sem sombra de dúvidas muito inferior ao que a economia do Nordeste produzia e exportava.

⁴ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Junta do Comércio, Livro 74. Para um estudo que enfatiza a importância do Maranhão na segunda metade do século XVII, ver Chambouleyron (2010).



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

O algodão aparece pela primeira vez na documentação relativa ao Maranhão em agosto de 1661.⁵ Apesar de a produção visar o abastecimento interno isso não reduzia sua importância. O requerimento protecionista da câmara de São Luís em 1732, solicitando que não se instalassem fábricas de algodão em Belém,⁶ demonstra a importância da cotonicultura – mesmo que incipiente e voltada para o próprio mercado amazônico – para a capitania. Igualmente, colonos se engajavam na produção da fibra. Em março de 1739, Diogo Manem, famoso comerciante e contratador da região, requeria licença para estabelecer uma fábrica de algodão no Maranhão. No mesmo ano, os sócios Manuel de Albuquerque e Aguilar e António Pinheiro Vasconcelos solicitavam casais de índios para aldearem próximo à fábrica de chita e de algodão que estavam estabelecendo nas proximidades de São Luís para servirem de mão de obra.⁷

No entanto, até onde se sabe, o algodão não fazia parte das exportações maranhenses antes de meados da década de 1750. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (doravante CGGPM), lançada em 1755, foi a principal responsável pelo seu financiamento e incentivo. Como companhia monopolista, ela regulou um dos principais gargalos do Maranhão, o fornecimento de mão de obra escrava, sem o qual os algodoeiros não vingariam, assim como linhas de créditos para os lavradores e oferta regulada de transporte ultramarino para escoar as produções. O financiamento desses ramos, e de outras culturas no Norte, provieram dos capitais (480 contos) depositados pelos acionistas, 90% deles residentes em Portugal (Alden, 2004, p. 551).

Mais do que isso, antes da CGGPM não se podia exportar algodão devido a uma política de 1738 que reservava a fibra para a manufatura de fardamentos, uma medida que deveria durar 20 anos. A companhia, junto com um parecer do Conselho Ultramarino, derrubaram essa política e permitiram a saída do algodão em rama do Maranhão e Pará. Por isso que, logo no começo do funcionamento da empresa, em 1758, já figuravam sacas de algodão exportadas, pois a fibra era parte de uma cultura mais ou menos ativa na confecção de roupas que, a partir daí, foram direcionadas para os mercados externos (Carreira, 1988, vol. 1, p. 218-219).

⁵ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Avulsos do Maranhão (AM), Documento (D.) 437.

⁶ AHU, AM, D. 2001.

⁷ AHU, AM, D. 2555 e 2558.



2. Produção e a importância do escravismo no Maranhão

Antes da companhia o tráfico de escravos era uma atividade irregular. Pelo menos desde meados do século XVII a presença africana já era percebida na região, mas os africanos escravizados eram trazidos de forma pontual, por uma ou outra embarcação que vinha do Estado do Brasil. Isso leva a crer que essa mão de obra deveria ser composta de escravos menos aptos para o trabalho nas lavouras de maior magnitude. Além disso, a falta de capitais para o incremento de tal atividade – e também para adquirir africanos escravizados – era um problema estrutural na capitania e isso se refletia nos ramos produtivos desenvolvidos: principalmente o extrativismo e a pecuária (Martins, 2015. Bezerra Neto, 2001, p. 21. Meireles, 1983. Reis, 1950. Salles, 1971).

Assim, não foi à toa a situação de euforia nos primeiros anos da companhia.⁸ A conjuntura era relativamente confortável, de vez que a empresa fornecia créditos e escravos aos lavradores, as terras no Maranhão eram abundantes, virgens e sem uma monocultura de escala que poderia fazer frente ao algodão. Essa é uma diferença importante com o algodão de Pernambuco, que teve que concorrer com o capital e trabalho reservados a cana do açúcar. No início da CGGPM, os primeiros algodões exportáveis foram colhidos na boca do Itapecuru (no sítio de Boa Vista), pelo lavrador José Maurício Gomes (Gayoso, 1970, p. 179).

A Ribeira do Itapecuru se mostraria o principal local para se plantar algodão. Em 1804, essa Ribeira, com uma população total de 13.593 habitantes, abrigava uma população de 341 agricultores. Mas as melhores regiões para o cultivo ficavam na parte alta do rio, principalmente em Caxias, a 360 quilômetros ao sul da capital e porto de São Luís. Para se ter uma ideia, na década de 1830 a região do Codó, onde fica Caxias, respondia por dois terços do algodão produzido no Maranhão. E por muito tempo, até meados do século XIX, Caxias foi a fronteira do algodão na província. A duração da viagem, em canoas, do porto de exportação até essa remota região demorava cerca de 8 dias, um caminho que não era fácil de vez que as correntes do rio Itapecuru poderiam mudar de uma estação para outra. Outras regiões, embora menores, eram também produtoras de algodão, como alguns pontos no alto do rio Meaerim, também ao sul de

⁸ANTT. Copiador de Cartas para o Maranhão, livro 230, fólio (f.) 124. Ver também os comentários de Gayoso (1970, p. 228).



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

São Luís, e Alcântara e Guimarães, a oeste da capital (Gayoso, 1970, p. 99-100, 162-164. Pereira, 2017, p. 84-88).

A medida do crescimento do Maranhão pode ser observada pela proporção de escravos que possuía. Eram comuns as queixas sobre falta de escravos e seus altos preços por volta de 1750. Bem antes disso, em 1675, já havia sido criada a Companhia de Cacheu, Rios e Comércio da Guiné e em 1690 a Companhia de Cacheu e Cabo Verde, que objetivavam fomentar o tráfico de escravos. Já no início da década de 1740, privilégios foram concedidos aos navios vindos de Angola que introduzissem escravos nos portos de Belém e São Luís.⁹ Entretanto, nenhuma dessas ações surtiram o efeito esperado. É somente como advento da CGGPM que queixas desse tipo, praticamente, deixam de existir. Em 1780, quando o monopólio já havia acabado, Maranhão se encontrava com uma população escrava que chegou a 46,76%, porcentagem bem elevada quando comparada as outras regiões do Brasil. Embora caíssem um pouco em 1808, chegando a 43,27%, a população escrava no Maranhão continuava sendo expressiva (Botelho, 2015, p. 97-100). A proporção de escravos que vivia na mencionada Ribeira do Itapecuru era, igualmente, fora do comum. Em 1803 os escravos representavam 85,19% da população da região, cerca de 10.910 escravizados (Gayoso, 1970, p. 164).

Maranhão contava com poucos trabalhadores livres e a mão de obra indígena era preferencialmente utilizada nas atividades de coleta e transporte fluvial. Por isso a atuação da companhia em fomentar o tráfico de africanos escravizados para a região foi crucial para o desenvolvimento da cultura do algodão. Entre 1756 a 1788, Belém e São Luiz importaram cerca de 30.000 africanos, 70% deles provenientes da Guiné e o restante de Angola. Faz muito sentido, então, o ditado que Schwartz reproduziu: “o branco algodão fez o Maranhão preto.” Frase tão importante quanto os escritos do viajante inglês Henry Koster quando esteve em São Luís em 1811: “A proporção das pessoas livres é pequena. Os escravos tem muita preponderância [...]” Assim, quando o monopólio acabou, o quadro não se modificou e Maranhão continuou dependendo do braço africano, principalmente da Guiné, para tocar as plantações de algodão (Schwartz, 1998, p. 113. Koster, 1942, p. 234-235)

⁹AHU, AM, D. 2700, 3223 e 3230. Ver também, Chambouleyron (2006).



3. Comercialização durante o monopólio da CGGPM

A política da companhia em relação ao algodão se mostrou bem sucedida, pelo menos no que toca a produção. Das primeiras 204 arrobas despachadas em 1758, a exportação chegaria a mais de 40 mil nas vésperas do fim do monopólio, em 1777. Durante a atuação da empresa o desempenho das exportações não foi nada desprezível, alcançando crescimentos constantes, com exceção dos anos de queda de 1770, 1771 e de 1774 a 1776 (Conferir o apêndice ao final do artigo).

Apesar de ser uma companhia monopolista – controlando as rotas de exportação e importação – a CGGPM teve dois percalços, ambos ligados a atuação dos mercadores e lavradores residentes na colônia, que minaram sensivelmente suas próprias prerrogativas exclusivistas. Primeiro, a companhia não poderia exigir que todos os moradores (lavradores e mercadores) vendessem seus produtos a ela. Nem sempre os coloniais gostavam dos preços que a companhia estava disposta a pagar, por isso eles poderiam despachar seus produtos por sua conta e risco, arcando com fretes e, eventualmente, com comissões à companhia. Consequentemente, a empresa permitia que os particulares mandassem seus produtos para serem vendidos, tanto em leilões como para os correspondentes dos coloniais, em Lisboa. Ao fazerem isso corriam mais riscos, mas as chances de lucro eram maiores. Se, pelo contrário, resolvessem vender para a companhia, o risco deixaria de existir, mas os lucros seriam menores. Um caso, que ilustra esse fato é o do comerciante Lourenço Belfort, que nos anos de 1776 e 1777 estava em Lisboa negociando com algodão remetido de suas próprias lavouras por seu filho António. Além disso, Lourenço também arrematou 6.370.308 réis da fibra nos leilões da CGGPM nos mesmos anos.¹⁰

O segundo percalço eram as dívidas. Ao vender escravos e manufaturas a crédito, a companhia esperava que os moradores a pagassem de volta com os gêneros coloniais de suas lavouras, ou mesmo em dinheiro. Contudo, o pagamento dos empenhos esbarrava em dois fatores: a) os administradores da companhia, responsáveis pelos empréstimos e coletas das dívidas, vendiam a crédito a moradores que não comprovavam solidez financeira. Os administradores faziam isso porque estavam interessados nas comissões: quanto mais vendessem, mais ganhariam porcentagens nas vendas; b) os moradores

¹⁰ ANTT, CGGPM, Livro de Vendas, Livro 69.



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambráia Martins e Felipe Souza Melo

endividados, obrigatoriamente, deveriam vender seus produtos para a companhia, não obstante, eles se utilizavam de terceiros que não tinham dívidas, para mandarem as suas mercadorias para Portugal por sua conta e risco e, assim, atingiam o objetivo de não pagar os empenhos e ainda conseguiam lucros maiores. É nítido, portanto, a correlação entre os arranjos mercantis dos particulares (alocação dos riscos e comissões, obviamente acompanhada de dolos e má fé) e as finanças da companhia.

A consequência dessas práticas surgiu com força nas vésperas do fim do monopólio. À medida que os responsáveis pela companhia foram tendo conhecimento dos calotes, logo foram exigidas providências mais enérgicas para os devedores pagarem os empenhos. E tendo em conta essas políticas, os devedores foram se utilizando cada vez mais de terceiros para não pagarem a empresa. A partir de 1776, essa estratégia – ao menos no Maranhão – nem era mais necessária. Neste ano o governador Joaquim de Melo e Póvoas enviava ofício para o secretário de Estado e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, solicitando que os lavradores pudessem remeter suas cargas de algodão sem o intermédio da CGGPM. Tal solicitação surtiu efeito, pois nos últimos dois anos do monopólio, entre 1776 e 1777, os moradores enviaram para Lisboa 40.981 arrobas de algodão por sua conta e risco, enquanto que a companhia só remeteu 16.583 arrobas. O mesmo governador, em outro ofício a Melo e Castro no mesmo ano, já apontava que as remessas por conta em risco propiciaram um aumento substancial nos valores obtidos pelos produtores maranhenses.¹¹

O resultado, já apontado pela historiografia, foi que as dívidas para com a companhia se arrastaram por anos a fio, chegando até o início do século XX (Ribeiro Junior, 2004, p. 201-202). Depois de 22 anos de monopólio, o Maranhão foi aberto novamente aos mercadores particulares. De forma que essa conjuntura coincide, mais ou menos, com a ascensão do algodão de Pernambuco, reservaremos os comentários sobre o comércio livre para o momento em que formos tratar dos arranjos mercantis em Pernambuco. Antes disso, tocaremos em alguns pontos relevantes para se entender o início das exportações de algodão nessa última capitania.

¹¹ AHU, AM, D. 4873 e 4900. Ver também Carreira (1988, vol. 2, p. 225-226 e 261).



4. O início da produção de algodão em Pernambuco e a importância do trabalho livre

A trajetória econômica do algodão na capitania de Pernambuco foi sensivelmente diferente daquela experimentada no Maranhão. Apesar de também ser alvo de uma companhia monopolista – a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (doravante CGPP), cujas operações iniciaram em 1760 - que procurava incentivar a produção algodoeira, Pernambuco só foi despachar suas primeiras remessas no final da década de 1770. A aposta na nova cultura foi bem sucedida. A produção começou com 21 sacas em 1777 e apresentou um desempenho de crescimento até meados do século XIX. Por volta de 1787 os valores exportados em algodão já haviam ultrapassado os do açúcar, principal produto da região desde o final do século XVI (Melo, 2017, p. 142-170). O *boom* algodoeiro viria, pela primeira vez na história, substituir o açúcar como mercadoria chefe da região. Por volta de 1798, o governador de Pernambuco, Tomás José de Melo, escrevia que a cultura do algodão “tem feito dobrar a massa do comercio territorial” e que “o alto preço porque se vende, os avanços que resultaram ao agricultor e outras muitas circunstancias [...] fazem esquecer, ou mesmo estimar as outras plantações e lavouras.” Semelhantemente, em 1806 a Mesa de Inspeção dizia que o algodão havia colonizado os sertões.¹²

Originalmente, a ideia de incentivar a produção não cativou lavradores e mercadores. Na década de 1750, o governador de Pernambuco mandava produzir algum algodão na esperança de que produtores e comerciantes aderissem à causa e se animassem para disputar os mercados estrangeiros. O efeito foi nulo. Mesmo a CGPP, com todos os seus capitais e com a intenção declarada de diversificar a produção da região, só conseguiu exportar uma saca de algodão em 1764.¹³ Os esforços continuaram e os responsáveis pela companhia em Pernambuco informavam a Junta em Lisboa as primeiras cotações da arroba do algodão em 1773. Embora o preço de 4.800 réis por arroba anunciado surpreendesse os administradores na metrópole, a recomendação era que os responsáveis em Pernambuco tentassem barganhar e adquirir a fibra por 3.600 réis. Mesmo assim, era um valor excessivo quando comparado com o congênere maranhense,

¹² AHU, Avulsos de Pernambuco (AP), D. 13659. ANTT. Junta do Comércio, maço (mç). 10 (cx. 38) Correspondência recebida das autoridades ultramarinas.

¹³ AHU, AP, D. 7838.



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambráia Martins e Felipe Souza Melo

cotado a 3.100 réis por arroba.¹⁴ Ainda era cedo para se imaginar a projeção que o algodão iria ter, mas provavelmente os administradores da companhia em Lisboa deveriam estar preocupados em perder mercado pelo alto valor do produto. Isso, entretanto, não aconteceu conforme o futuro demonstraria. A fibra pernambucana, em razão de sua alta qualidade, sempre foi mais cara que o algodão maranhense e mais cara que o algodão do Caribe.

A CGPP teve dificuldades em fazer florescer a nova cultura, diferindo assim da trajetória do algodão no Maranhão, que evidentemente foi sustentado pelas políticas da CGGPM. As razões dessa assimetria ainda não são claras, mas é necessário realçar que a produção agrícola no Maranhão – pelo menos para aqueles gêneros destinados à exportação – era muito fraca antes de 1755. Isso tornava mais fácil que as diretrizes da companhia fossem cumpridas na colônia. Pernambuco, por outro lado, encontrava na secular produção de açúcar um dos principais pilares de sua economia, o que talvez incentivasse os produtores a insistirem na cultura da cana a despeito dos incentivos da CGPP para a diversificação.

O algodão, nos seus primórdios, foi incentivado pela CGPP a ser produzido nas regiões ao Sul, mais especificamente em Alagoas e Penedo (a 400 quilômetros de Recife), em finais da década de 1770. Mas, depois, foi nas áreas ao Norte e a Oeste de Recife – algumas adentrando longamente no sertão – que a cultura ficou famosa. A relação a seguir aponta as principais localidade de cultivo do algodão e suas respectivas distâncias do porto do Recife: Pau do Alho (42 quilômetros de Recife), Nossa Senhora da Luz (31 quilômetros), São Lourenço da Mata (20 quilômetros), Tracunhaém (57 quilômetros), Nazareth da Mata (64 quilômetros), Limoeiro (77 quilômetros), Santo Antônio da Mata (50 quilômetros), Bom Jardim (96 quilômetros), Taquaritinga (165 quilômetros), Brejo da Madre de Deus (195 quilômetros) e Paraíba (117 quilômetros) (Palacios, 2004, p. 137-138). Pernambuco, portanto, tinha a sua produção de algodão um pouco mais dispersa geograficamente quando comparado com o Maranhão, onde a Ribeira do Itapecuru concentrava boa parte das áreas cultiváveis.

Em Pernambuco, a composição do trabalho que se dedicava ao cultivo do algodão era diferente da do Maranhão. Por volta de 1763, os escravos em Pernambuco perfaziam 26% da população total da capitania.¹⁵ Nesse momento, contudo, a capitania ainda não

¹⁴ ANTT. Copiador de Pernambuco, livro 382, f. 250v-251 e 268.

¹⁵ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Mapas Estatísticos de Pernambuco, 1763, BN, 03,01,038.



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

exportava algodão. Já em 1808, com produções da fibra a todo vapor, os escravos mal chegaram a 30% dos habitantes e em 1819 essa cifra diminuiu para 26,49% (Botelho, 2015, p. 97 e 100. Marcílio, 2004, p. 338). Ou seja, a população escrava se estabilizou nos mesmos patamares no curso de 60 anos e o cultivo do algodão não fez com que ela aumentasse de forma significativa. Ao mesmo tempo, entre 1780 a 1807, a produção açucareira não deixou de crescer (Melo, 2017, p. 158). Portanto, não foi tanto pelo braço escravo que Pernambuco atingiu altos níveis de produtividade no ramo do algodão. O trabalho cativo era, maiormente, destinado para as plantações de açúcar.

Assim, foi uma multidão de lavradores pobres e livres que se dedicaram a cultura da fibra (Palacios, 2004). Isso é facilmente percebido quando se observam os números globais da população de Pernambuco. Em fins da década de 1770 a capitania tinha 239.713 habitantes e em 1810 eles aumentariam para 391.986 (Alden, 2004, p. 529-530). Descontando mais ou menos 30% da população escrava, tem-se uma aproximação da quantidade de trabalhadores livres. Koster (1942, p. 541-542), quando esteve viajando pelo Nordeste do Brasil no começo da década de 1810, escrevia que “em muitos pontos do país que visitei o povo livre prepondera consideravelmente e em nenhum dos distritos que conheço os escravos são superiores aos homens livres na relação de três para um” e ainda estava convencido “que a abolição do tráfico de escravos seria muito ligeiramente sentido em Pernambuco.”

Pernambuco alocava a maior parte dos seus escravos para a produção do açúcar. E mesmo com um número expressivo de cativos importados, ao longo do século XVIII, Pernambuco diminuiu sua participação nas importações totais dos quatro principais portos do Brasil. Entre 1701 a 1750, Pernambuco era responsável por 21% das importações de escravizados e Maranhão ficava com apenas 1%; Bahia (46%) e Rio de Janeiro (32%) importavam os demais. Já entre 1751 a 1807, a participação de Pernambuco caiu para 14% e a do Maranhão subiu para 6%.¹⁶

Embora a cultura do algodão dependesse de trabalhadores livres, seja por jornada ou na órbita da economia doméstica, o trabalho compulsório também era utilizado. Dizia-se que um escravo na produção de algodão rendia três vezes mais do que renderia na produção açucareira.¹⁷ O caráter “democrático” da cultura algodoeira, apontado por Ribeiro Júnior (1981, p. 237) é, em certo sentido, também válido para os escravos. Koster

¹⁶ Trans-Atlantic Slave Trade Database. <http://slavevoyages.org/>. Acessado em 03/03/2018.

¹⁷ AHU, AP, D. 11475.



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambráia Martins e Felipe Souza Melo

(1942, p. 521) mencionava que os cativos plantavam algodão por conta própria com intuito de angariar dinheiro e comprar sua liberdade. Era mais fácil ganhar a alforria por meio da lavra algodoeira do que por meio da plantação de cana, pois ao contrário do açúcar que exigia a entrega das canas aos senhores de engenho e o custoso processo de feitura que acabava abatendo o valor pago ao escravo, o algodão quase não exigia capital, as despesas eram baixas e o escravo poderia vendê-lo diretamente ao comerciante. Além disso, o algodão valia muito mais que o açúcar.

Logo no seu começo, a companhia se comprometia, por meio de comissários, a pagar os produtores da fibra (Palacios, 2004, p. 137). Depois do fim da CGPP, os mercadores e seus agentes – os caixeiros – compravam as fibras diretamente dos produtores. Após isso, o algodão poderia ser vendido a um atacadista na colônia ou os próprios mercadores iniciais poderiam remeter diretamente para Portugal. Entretanto, mesmo com o baixo custo para capitalizar a cotonicultura, os lavradores muitas vezes eram incapazes de bancar as lavouras. Por isso eles dependiam dos mercadores, não só para financiá-los, mas também para comercializar o produto. Os lavradores não conseguiam, assim, se inserir nos fluxos mercantis do algodão. Faziam isso porque não tinham contatos ultramarinos ou porque não queriam se arriscar no mercado. Portanto, os mercadores eram os verdadeiros donos do algodão em Pernambuco.

Quando a rainha D. Maria I quis criar uma nova taxa sobre o algodão, por volta de 1790, para financiar a construção de um hospital em Recife, quem protestou contra a medida não foram os lavradores – que mal aparecem nas fontes, aliás – mas sim os mercadores. Eles estavam obviamente preocupados de que a taxa em cima dos cultivadores recairia sobre eles. Por isso mencionavam que a cultura do algodão era feita pelos “homens pobres”, mas que o “risco” e a “indústria” eram da responsabilidade do comerciante.¹⁸ Quando olhamos para o Maranhão, houve um caso similar, mas com um significado diferente. O capitão-general do Maranhão, António de Sales e Noronha, em 1782, informava que “o povo da capitania” requeria a ele que os tributos recolhidos com a comercialização do algodão fossem utilizados em algumas obras que visassem a melhoria dos caminhos e da navegação, para otimizar o escoamento da produção da fibra.¹⁹ O importante aqui é que o termo “povo da capitania” não denota diferenciação

¹⁸ ANTT. Junta do Comércio, mç. 10 (cx. 38) Correspondência recebida das autoridades ultramarinas. É um documento sem data, mas a ideia da construção do hospital é, provavelmente, de 1792, segundo alguns documentos avulsos do AHU.

¹⁹ AHU, AM, D. 5357.



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

entre produtor e negociante, como no caso pernambucano. No Maranhão, o ramo mercantil estava relativamente disponível para a participação do setor produtivo.

Ademais, Pernambuco tinha uma diferença muito importante no respeito a posse e mercantilização do algodão dos Estados Unidos da América no começo do século XIX. No Sul dos Estados Unidos, os plantadores entregavam as fibras aos feitores, que trabalhavam por comissões. O sistema de feitorias, que dava maior participação de lucros aos plantadores, foi um dos maiores responsáveis em ofertar algodão aos comerciantes (nacionais e internacionais) que se instalavam no litoral e que se incumbiam em direcioná-los aos centros manufatores. Negociar diretamente com os mercadores era, às vezes, ruim para o plantador. Principalmente os grandes plantadores não tinham como estocar e armazenar o algodão para esperar uma boa temporada de vendas. Por isso eles consignavam as fibras aos feitores, que poderiam estocar e tinham um conhecimento melhor do mercado de vendas. E embora os plantadores arcassem com os custos (de seguros, fretes e impostos), eram os feitores que pagavam essas despesas primeiro, na esperança que os plantadores os pagassem no futuro (Woodman, 1990, p. 10-29 e 35-36). Assim uma das principais diferenças entre os circuitos produtivos e de mercantilização do algodão em Pernambuco, quando comprado com o Sul dos Estados Unidos, era que os produtores coloniais não se envolviam nos circuitos comerciais. Já no caso maranhense, a categoria produtor e comerciante, tendia a se amalgamar: o próprio lavrador poderia ser o responsável por comercializar sua produção para a metrópole, como era o caso de Lucas Raposo que se queixava da ação da CGGPM e requeria enviar sua produção por conta própria – sem intermediários – diretamente para Lisboa em início de 1776.²⁰

5. Comercialização depois dos monopólios

O ano de 1780 não só marcou o fim do monopólio da CGPP, tornando livre a atuação dos mercadores particulares, mas também foram os anos iniciais do crescimento do algodão. A abertura comercial e as possibilidades de lucro trazidas pela nova cultura fizeram de Pernambuco – e também Maranhão, cuja companhia terminou em 1777 – um lugar muito atrativo comercialmente falando. Mercadores (em Portugal e na colônia),

²⁰ AHU, AM, D. 4897.



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

comissários (fixos ou itinerantes), sócios e armadores, além dos lavradores, se aproveitaram dessa conjuntura.

O processo para fazer o algodão cruzar o Atlântico comportava, ao menos, três arranjos mercantis e todos envolviam a venda de fazendas (diversas mercadorias europeias) para a compra do algodão e, ao mesmo tempo, também poderiam exigir dinheiro para adquirir a fibra. Como o algodão era uma mercadoria cara, pelo menos quando comparada com outros gêneros tropicais, a quantidade de mercadorias europeias e de dinheiro deveria ser grande para realizar as compras. Adianta-se que, tanto em Pernambuco como no Maranhão, as fazendas não foram suficientes para comprar algodão, por isso o dinheiro era muito empregado. Não deve surpreender, portanto, que as duas capitanias foram as maiores receptoras brasileiras de ouro proveniente do reino. Voltaremos a esse ponto mais à frente.

As três formas de agenciamento mercantil podem ser resumidas em 1) relações entre mercadores em Portugal que empregavam comissários residentes na colônia, 2) nos acordos entre mercadores do reino que se utilizavam de comissário itinerantes (ou volantes) que iam a colônia fazer negócios rápidos para voltarem a metrópole e 3) nos acordos de sociedade mercantil em que um mercador residia na capital do Império e o outro nas praças coloniais, relação que era marcada, geralmente, pela divisão igual de lucros e perdas entre os sócios. Esses arranjos, tomados do ponto de vista dos mercadores residentes em Portugal, também valem para o caso de mercadores instalados na colônia que empregavam comissários (itinerantes ou residentes) na metrópole.²¹

O emprego de agentes residentes na colônia que trabalhavam por comissão para os metropolitanos, tinha sua razão de ser na familiaridade que os comissários possuíam do mercado colonial. Esses agentes tinham conhecimento dos lojistas e outros mercadores pequenos que eram reputáveis e de bom crédito, ou seja, que iriam comprar as fazendas dos metropolitanos e pagá-las com dinheiro ou com algodão. Também tinham conhecimento dos melhores momentos para vender e comprar. Contudo, um dos principais pontos negativos desse arranjo era que os comissários no Brasil poderiam incorporar o capital dos metropolitanos, na forma de fazendas, para maximizarem seus próprios negócios.

²¹ Para explicações mais detalhada sobre as formas de agenciamento, ver Melo (2017, p. 197-287). Strum (2009). Price (1991). Price (1989). Pedreira (1995, p. 330). Nash (2005).



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambráia Martins e Felipe Souza Melo

Outra forma de acessar os mercados do algodão brasileiro era por meio dos comissários itinerantes, também conhecidos por comissários volantes. Esses comissários levantavam créditos e fazendas na metrópole, de um ou mais interessados, iam para Recife e São Luís vender as mercadorias, compravam algodão, ou outros gêneros, e retornavam rapidamente ao reino. Era um arranjo muito utilizado por pequenos agentes e pelos tripulantes de embarcações. Da mesma forma que os comissários residentes, os comissários volantes também recebiam comissões. O benefício dessa forma de agência era a rapidez no giro mercantil. E a segurança de que os agentes retornariam para a metrópole, desencorajava atitudes desonestas, como aquelas que os comissário residentes poderiam fazer, se utilizando do capital dos principais metropolitanos para fazerem negócios diferentes do combinado. O ponto negativo de se utilizar de agentes itinerantes era que eles poderiam não conhecer muito bem as condições de mercado na colônia (como a reputação dos agentes e os melhores momentos para fazer os negócios) e como sua estada era curta, não poderiam adiantar créditos por muito tempo na esperança de colherem maiores lucros.

Por fim, as sociedades mercantis eram uma espécie de arranjo diferente das relações comissionadas. Numa sociedade, um dos sócios residia no reino e o outro ficava na colônia. Como a relação estipulava residência no Brasil, por tempo determinado ou indeterminado, o sócio que aí permanecia teria um maior conhecimento das condições de mercado do local, igual a um comissário residente. Por outro lado, esse sócio não recebia comissões, pois tanto os lucros como as perdas seriam divididos igualmente entre os parceiros. Isso, teoricamente, desmotivava atitudes desonestas de ambos. Mas, apesar de se ombrearem nos lucros e perdas, as sociedades eram assimétricas na propriedade dos capitais iniciais. Num levantamento feito com mais de noventa sociedades mercantis subscritas em Lisboa para negociarem com Pernambuco entre 1780 a 1807, descobriu-se que 73% dos capitais provinham dos sócios em Portugal. Mais ainda, a despeito dos sócios em Pernambuco entrarem com parcelas de capital, na maioria dos casos eles não poderiam realizar negócios próprios na colônia sem a expressa autorização do sócio em Lisboa. Assim, as sociedades mercantis, garantiam por meio de contratos, que os agentes no Brasil gerissem bem os negócios da empresa, impedindo-os de se dedicarem a atividades paralelas (Melo, 2017, p. 224).

Afora essas três formas de agenciamento, existiam outros expedientes que os mercadores lançavam mão na hora de negociarem o algodão. Mercadores no Brasil, por



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

exemplo, também se serviam de comissários em Portugal para venderem seus algodões, inclusive fazendo-os chegar aos mercados ingleses e franceses. Um mercador em Recife, cujo o nome se desconhece, empregava um dos maiores homens de negócios de Lisboa, Manuel de Souza Freire, como seu comissário. Numa vez, o mercador em Pernambuco remeteu, por sua conta e risco, 33 sacas de algodão (no valor de 809.000 réis) para Souza Freire, em 26 de maio de 1803. Em 17 de dezembro de 1804 os algodões foram vendidos em Liverpool por 1.118.625 réis, deduzidas as despesas. E, finalmente, em 8 de janeiro de 1805, o mercador desconhecido, recebeu a fatura das vendas de Souza Freire. Ele demorou mais de ano e meio para concretizar a negociação, mas conseguiu lucrar 369.626 réis, isto é, 38%.²²

Entretanto, quando os mercadores no Brasil remetiam algodão por sua conta e risco para Portugal, isso não significava a ausência de crédito dos mercadores metropolitanos. José da Silva Maine, residente em Pernambuco, é um caso em questão. Em 1800, ele havia recebido de diversos credores de Lisboa a expressiva quantia de 26.805.879 réis, a maioria em forma de letras e algum pouco em fazendas. Maine se comprometia a satisfazer os credores com remessas de gêneros coloniais exclusivamente para eles. Contudo, todas as remessas que Maine fazia de Pernambuco iriam por sua conta e risco, com os credores se eximindo de qualquer responsabilidade.

O tráfico de escravos era uma outra forma de acessar os mercados do algodão, principalmente quando pensamos no caso do Maranhão. No início da década de 1780, o grande mercador lisboeta, João Roque Jorge, que fora sócio fundador e deputado da CGGPM, constituiu com outros grandes homens de negócio da metrópole uma sociedade comercial monopolista que atuaria por seis anos no tráfico de escravos. A sociedade operaria no complexo formado pelo arquipélago de Cabo Verde e os Rios da Guiné e tinha autorização régia para tal. Com essa empresa ele controlava o comércio de escravos na mencionada costa africana, destinando-os em grande parte para o Maranhão onde recebia algodão em troca. João Roque Jorge atuaria nesse ramal, pelo menos, até a virada do século XIX.²³

Mercadores estrangeiros em Portugal, que tinham contatos com outros portos europeus, se valiam de agentes na colônia também. Os comerciantes de nação francesa, a viúva Lefranc e seus filhos, haviam emprestado capital a dois agentes que foram para

²² Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambucano (IAHGP). Códice 171, f. 93-94.

²³ AHU, AM, D. 7859. Ver também Martins (2015).



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambráia Martins e Felipe Souza Melo

Pernambuco em 1790, na esperança de que eles trariam de volta mercadorias tropicais. Como eles nunca voltaram do Brasil, os franceses exigiam dos tribunais uma autorização para embargar 35 sacas de algodão, paradas em uma das alfândegas, que os devedores haviam remetido para outro mercador em Lisboa.²⁴ John Theodor Koster é um caso ainda mais emblemático. Antes de se tornar um dos principais importadores de algodão em Liverpool entre 1784 a 1815, ele se encontrava em Lisboa tratando com negociantes em Pernambuco no ano de 1782. Era também uma dívida referente a algumas fazendas que Koster havia emprestado aos coloniais e que em 1787 ainda não haviam pagado.²⁵

Independentemente da nacionalidade, uma boa quantidade de fazendas e dinheiro, ou outras formas de capital, como letras, eram essenciais para adquirir algodão, pois a fibra era muito valiosa. Para se ter uma ideia, uma arroba de açúcar em Pernambuco custava em média 1.400 réis entre 1780 a 1807. Para o mesmo período, a média do custo da arroba do algodão, na mesma praça, foi de 5.700 réis.²⁶ No Maranhão, apesar de ser mais barato que o congênere pernambucano, o algodão ainda era caro quando comparado com a sua segunda maior cultura, o arroz. Entre 1770 a 1783, uma arroba de arroz custava em média 500 réis, enquanto que o algodão maranhense rondava a casa dos 4.300 réis por arroba (Carreira, 1988, vol. 2, p. 225-227). Em 1788, segundo Gayoso (1970, p. 218-219 e 267), o algodão teria alcançado preços de 7.586 réis por arroba. Contudo, entre 1796 a 1798, os preços do algodão já haviam baixado, caindo de 4.500 a 5.900 réis por arroba. Os mesmos preços eram cotados entre 1803 a 1805. Seja como for, o algodão de Pernambuco era famoso por ser mais caro que o algodão do Maranhão (Conferir o apêndice).

A oferta de fazendas por si só não era suficiente para comprar algodão nas duas praças coloniais. Como afirmou o governador de Pernambuco, Dom Tomás José de Melo, em 1798: “a nossa importação atual é muito menor que a exportação. Os gêneros do Reino não bastam para a permutação dos efeitos do país.”²⁷ Isso era verdade para o ano de 1798 assim como o era para dez anos atrás. O mesmo governador fornecia dados em 1788

²⁴ ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç. 82, n.º 19, cx. 82.

²⁵ Sobre Koster em Liverpool, ver Krichtal (2013, p. 57-60). Sobre Koster negociando com Pernambuco a partir de Lisboa, ver AHU, AP, D. 11524.

²⁶ Para os preços do açúcar, ver Melo (2017, p. 434-435). Para os preços do algodão, ver o apêndice no final do artigo.

²⁷ AHU, AP, D. 13653. Ver também Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). CC. 09, f. 2-2v.



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

expondo que as exportações eram muito maiores que as importações.²⁸ O envio de moedas de ouro do reino para Pernambuco era um expediente para contornar os problemas de redução das fazendas e excesso dos gêneros tropicais. Não deve surpreender que as regiões do Brasil mais agraciadas pela recepção de ouro amoadado eram Pernambuco, seguido do Maranhão. Entre 1802 a 1807, Pernambuco recebeu 2.354 contos de moedas do reino e para o Maranhão foram destinados 980 contos (Alexandre, 1993, p. 68). Ainda em 1813, Jácome Ratton (1920, p. 181-182), o grande homem de negócios de nacionalidade francesa, escrevia em suas *Recordações* que para comprar algodão do Maranhão era necessário o envio de dinheiro para a colônia.

Com a abertura dos portos brasileiros as nações amigas em 1808, os estrangeiros tiveram muito mais facilidade em acessar os mercados da América Portuguesa, o que não quer dizer que os próprios coloniais não se beneficiaram dessa mudança. Bento José da Costa, por exemplo, mercador residente em Pernambuco pelo menos desde meados da década de 1780, mandava uma sumaca de sua propriedade diretamente para Londres em 1808.²⁹ Mas a presença de ingleses no Nordeste e no Norte, conforme apontam observadores coevos como Koster e Gayoso, aumentou. Para se ter uma ideia da mudança ocasionada pela abertura comercial, dos 381.215 sacos de algodão que saíram do Maranhão entre 1809 e 1815, 290.807 (76,2%) foram diretamente para a Inglaterra (Koster, 1942, p. 250). Isso não só demonstra as modificações da política econômica luso-brasileira, mas também indicam fortes transformações nos padrões do comércio internacional, uma vez que no período da CGGPM, boa parte do algodão maranhense era remetido para a França.

6. O algodão do Brasil e a Economia Atlântica

É quase auto evidente que o crescimento das exportações de algodão do Brasil esteve diretamente ligado ao movimento industrial europeu. Foi, acima de tudo, a alta demanda dos manufatores do Atlântico Norte que impulsionou o crescimento das exportações de algodão primeiro no Caribe, depois no Brasil e no Sul dos Estados Unidos. Quase todas essas regiões cresceram como fornecedoras de algodão até mais ou menos o começo do século XIX, quando os EUA ultrapassou todos os concorrentes no Atlântico.

²⁸ APEJE. CC. 03, f. 14v-15.

²⁹ AHU, AP, D. 18062.



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

Mas, apesar dessa euforia generalizada, existiram conjunturas e eventos que fizeram algumas regiões desacelerarem e outras acelerarem um movimento que já era de crescimento. Quando ocorriam problemas como furacões, guerras, bloqueios e revoluções no Caribe, a economia brasileira respondia positivamente as demandas do mercado europeu. Segue-se que, mesmo de uma forma imperfeita, o Atlântico era um espaço relativamente integrado (Games, 2006). Para o caso do algodão da América portuguesa, quatro momentos foram importantes demonstrativos dessa ligação. A Guerra dos Sete Anos, a Guerra de Independência norte americana e as suas consequências no Caribe, a Revolução dos escravos em Santo Domingo e, por fim, as guerras revolucionárias e napoleônicas. Essa seção do artigo procura tratar sobre esses momentos.

Nunca é desnecessário lembrar que a performance positiva do Maranhão se deveu - além da atuação da CGGPM com seus créditos e fornecimento de escravos - à Guerra dos Sete Anos (1756-1763) que perturbou os circuitos comerciais das Índias Ocidentais, nomeadamente o da colônia francesa de Santo Domingo, o principal produtor de algodão naquela altura. Com a guerra, o fluxo do tráfico de escravos e de outros ramos foi dificultado para Santo Domingo por causa dos bloqueios. Além disso, os mercadores franceses, com medo de a guerra tomar grandes proporções no Caribe, reduziram seus investimentos na ilha. Fora isso, existiam os crescentes custos de fretes e seguros ocasionados pelos perigos no mar (Burnard; Garrigus, 2016, p. 84, 86 e 93). Os próprios dirigentes da CGGPM comunicavam aos administradores no Maranhão que os algodões estavam tendo boa saída por causa do conflito. Mas logo, em dezembro de 1762, faziam saber que os preços iriam cair por causa do fim da guerra e de fato ocorreram diminuições nos valores negociados em Lisboa entre 1761 e 1764.³⁰

A França era o principal destino do algodão do Maranhão durante o monopólio. Isso guarda alguma relação com os mencionados fenômenos bélicos que ocorreram no Caribe, mas também não devem ser negligenciadas as próprias configurações do comércio nas Índias Ocidentais: os habitantes de Santo Domingo preferiam negociar com os traficantes ingleses e jamaicanos, trocando seus algodões por escravos. Era dessa forma que o algodão francês chegava aos fabricantes na Inglaterra (Drescher, 1977, p. 56. Pereira, 2017, p. 28). Talvez os mercadores franceses encontrassem no mercado português o algodão que lhes faltava em decorrência dos desvios originais que ocorriam

³⁰ ANTT. Copiador de Cartas para o Maranhão, livro 230, f. 52 e 63. Conferir o apêndice.



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambráia Martins e Felipe Souza Melo

no Caribe, já que entre 1770 a 1778, Ruão e Marselha participavam com 88% das compras de algodão da CGGPM, algo em torno de 141 mil arrobas, e a Inglaterra ficava com uma módica parte de 3% (Carreira, 1988, vol. 2, p. 319).

Outro fator importante que ajuda explicar esse fluxo do algodão brasileiro para a França, está explícito na fala do ministro francês Jean-Baptiste Colbert: "a moda é para a França o que as minas de ouro são para os espanhóis" (Minchinton, 1977, p. 112). A produção de têxteis luxuosos, apesar da menor escala quando comparada com os tecidos grosseiros, era um dos ramos econômicos mais prósperos e lucrativos na Europa desde a Idade Média e a França se notabilizou, entre os séculos XVII e XVIII, como uma das maiores produtoras de tecidos finos (Mikosch, 1990, p. 612). Sendo assim, nada mais óbvio do que o mercado francês buscar fibras de melhor qualidade, como era o caso do algodão brasileiro.

Quase vinte anos depois da Guerra dos Sete Anos, importantes conflitos e manobras militares tomaram lugar mais uma vez no Caribe, na esteira das batalhas geradas pela guerra de independência americana, o que inevitavelmente prejudicou os fluxos mercantis do algodão (Burnard; Garrigus, 2016, p. 207-215. Ellison, 1886, p. 81-82). De novo, não só as rotas do Caribe foram parcial ou totalmente bloqueadas pelas manobras militares que envolveram Santo Domingo e Jamaica, mas os custos de seguros e fretes aumentaram (Burnard; Garrigus, 2016, p. 221) fazendo com que o algodão do Maranhão se tornasse mais atrativo no auge dos conflitos. Nesse momento, principalmente a partir de 1780, percebe-se um sensível aumento nos preços da fibra maranhense, tanto na colônia como em Lisboa. Por outro lado, quando a guerra acaba, em 1783, os preços da fibra maranhense caem acentuadamente. Não deixa de ser relevante, também, o fato das primeiras exportações da fibra de Pernambuco ocorrer nesse momento. Com os preços altos, como mostrou a experiência do Maranhão, é possível que lavradores e comerciantes pernambucanos também se interessassem pelo negócio do algodão (Cf. apêndice).

Um dos momentos mais cruciais, contudo, foi saída de Santo Domingo em 1791 dos mercados fornecedores de algodão conjuntamente com as guerras de revolução, a partir de 1793. A ausência de Santo Domingo fez o algodão brasileiro ganhar mais espaço e as guerras, pelo seu impacto na segurança marítima, aumentaram os custos de transação. Os preços da fibra pernambucana tenderam para o crescimento após a revolução de Santo Domingo em 1791. Isso fica claro quando se observa a média da arroba do algodão



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

valendo 5.398 réis entre 1781 a 1791, e que depois alcançariam a média de 6.114 réis por arroba entre 1792 a 1802, um crescimento de 11,7%. Ademais, os preços não só aumentaram como também se estabilizaram devido à ausência de Santo Domingo e também provavelmente devido a saída da França como compradora de algodão de Portugal (Cf. apêndice). Nesse momento de revoluções o principal comprador do algodão brasileiro foi a Inglaterra.

As exportações, por sua vez, apresentaram resultados ainda mais surpreendentes. De uma média de 42.231 arrobas exportadas por ano, entre 1781 a 1791, os despachos de Pernambuco saltaram para o patamar de 105.274 arrobas entre 1792 a 1802, uma expansão de 59,89%. O desempenho do Maranhão foi igualmente surpreendente, passou de uma média de exportações de 67.148 arrobas entre 1781 a 1791 para 144.348 arrobas entre 1792 a 1802. Nesse contexto, portanto, tanto preços como exportações de algodão brasileiro aumentaram. Além disso, quando comparamos preços e exportações, concluiu-se que o Maranhão ganhava de Pernambuco na produção da fibra, mas perdia em relação ao valor (Cf. apêndice).

Outra razão que explica o crescimento do algodão brasileiro são os melhoramentos tecnológicos da indústria manufatureira. Pela década de 1780, a demanda por algodão na Inglaterra aumentou em grande parte por causa da quebra de patente do invento de Richard Arkwright em 1785, a *spinning frame* ou *water-frame* (Edwards, 1967, p. 4-5). Esse invento, que não exigia trabalho muito especializado, permitia uma transformação mais eficiente das fibras em linhas de algodão. E a alta demanda fez os preços do algodão oscilar bastante. O algodão de Pernambuco negociado nos mercados britânicos era o mais caro, superando a fibra das Índias Ocidentais que eram as mais baratas, ficando o algodão do Maranhão como o segundo mais cotado. Essa hierarquia dos preços reflete como o algodão brasileiro era bem quisto na Inglaterra, justamente por ser um algodão de boa qualidade, utilizado em tecidos finos enquanto o algodão do Caribe era utilizado para fazer tecidos de qualidade reduzida. Isso, segundo Pereira (2017, p. 11-12 e 33), foi uma das razões para a fibra brasileira crescer tanto nos mercados britânicos. Ela propiciou aos industriais ingleses o acesso aos mercados de luxo e da moda envoltos nas novas roupas de algodão.

A fibra brasileira, portanto, alcançava os mercados de luxo, que embora mais reduzidos, praticavam altos preços. O algodão do Caribe atingia os mercados mais populares, que embora de menor valor, eram compensados pelas grandes quantidades



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

vendidas. Mas ainda assim, uma das grandes preocupações dos industriais era justamente a oferta de algodão, a qual se continuasse naquelas pequenas proporções, iria dificultar o crescimento do setor. Nessa época, o Caribe já não conseguia por si só atender a demanda dos fabricantes e o Brasil foi se tornando um dos maiores fornecedores da matéria-prima para indústria inglesa (Edwards, 1967, p. 84-95 e 126. Ellison, 1886, p. 83).

Entre 1796 a 1801 a Grã-Bretanha foi a maior compradora de algodão de Portugal, “absorvendo mais de dois terços das exportações portuguesas” da fibra. Em grande medida, isso aconteceu graças ao conflito militar. Entre 1793/95 a 1801, França e Portugal, devido à conjuntura de guerra, mantêm relações comerciais praticamente nulas. Em 1801 veio a trégua – após o conflito da “guerra das laranjas” – com o tratado de Madri. A partir daí, Portugal contou com mais um comprador de peso, o que fez alargar ainda mais as reexportações de produtos brasileiros. Os preços em Pernambuco, por sua vez, se mantêm estáveis entre 1800 a 1805, caindo em 1806 e 1807. Essa estabilização e queda podem guardar semelhanças com o grande consumo na Inglaterra pela matéria-prima e pela grande oferta das Índias Ocidentais e dos EUA (Pereira, 2017, p. 52).

A volta da França como compradora da fibra deve ter facilitado, sobretudo, as condições de venda. O interesse era grande, já que as importações da fibra pela França ultrapassaram as importações realizadas pelos ingleses entre 1804 a 1807 (Alexandre, 1993, p. 35). Mas a euforia industrial francesa por meio do algodão, logo teria seus dias de dificuldades. Entre 1790 a 1810, o consumo de algodão pela indústria inglesa aumentou quatro vezes e para a indústria francesa aumentou três vezes. Contudo, quando a guerra acabou em 1815, a indústria do algodão no continente europeu “foi severamente atingida pela competição [da ilha] britânica”. Mesmo antes, “durante a década de 1790, a produção industrial francesa [como um todo] colapsou” e uma das principais razões disso foram os bloqueios que os britânicos realizaram com o fechamento de alguns portos. O impacto dessas intervenções foi tão grande que só em 1800 a França conseguiu atingir 60% da produção industrial que tinha nos anos pré-1789 (Crouzet, 1964, p. 578 e 585).

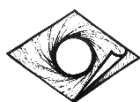
Considerações Finais

O artigo colocou em perspectiva as duas principais regiões algodoeiras do Brasil, e também do Atlântico, focando-se nos aspectos produtivos e mercantis no período de maior presença da fibra no mercado europeu. Por meio de novos dados e de novos



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

documentos ainda não explorados pela historiografia procuramos iluminar esse momento relevante da história econômica. Procuramos demonstrar que o modelo interpretativo proposto por Beckert e dos autores anteriores a ele, se adéqua muito bem ao caso do algodão do Maranhão. Por outro, destacamos os traços peculiares de Pernambuco, que tinha nos trabalhadores livres a sua principal fonte de mão de obra. As nossas proposições também auxiliam para problematizar e, em certa medida, contrapor o argumento de Thales Pereira de que o algodão brasileiro não se beneficiou dos conflitos militares e revolucionários que ocorreram no Caribe. Os nossos dados, por outro lado, demonstram que os problemas nas Índias Ocidentais e a conjuntura quase geral de guerra após 1793 impactaram positivamente a performance do algodão da América Portuguesa.



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

Apêndice

As exportações do Maranhão de 1758 e 1759 foram extraídas de Carreira (1988, vol. 2, p. 225-226). De 1760 a 1807, os dados de exportação, tanto de Pernambuco quanto do Maranhão, foram extraídos dos registros de carga de mais de 1.600 embarcações e alguns outros registros de exportações anuais, ver Martins (2015) e Melo (2017). Para o ano de 1804, referente ao Maranhão, ver Arruda (1980, p. 368-369). Os dados de exportação entre 1808 a 1813 foram extraídos de Koster (1942, p. 466), com exceção do ano de 1808 no Maranhão, que foi retirado de Gayoso (1970, p. 220). Consideramos, baseados na documentação disponível, que uma saca em Pernambuco continha 4,06 arrobas de algodão e que no Maranhão continha 5,36. Os preços no Maranhão foram extraídas de Carreira (1988, vol. 2, p. 225-226). Os preços do algodão em Pernambuco foram extraídos dos registros de carga das embarcações. Os preços do algodão do Maranhão em Portugal, entre 1761 a 1788, encontram-se em Carreira (1988, vol. 2, p. 225-226). Os preços em Portugal, entre 1796 a 1820, se encontram em Arruda (1980, p. 368-369) e nos registros das Balanças de Comércio no Arquivo do Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal. Os números de importações de escravos foram extraídos do site do Trans-Atlantic Slave Trade Database: <http://slavevoyages.org/>. Acessado em 03/03/2018.

Ano	Algodão exportado (em arrobas)			Algodão no Brasil (réis por arroba)		Algodão no Reino (réis por arroba)		Escravos Importados	
	MA	PE	Totais	MA	PE	MA	PE	MA	PE
1758	179		179	3.875				305	4.297
1759	1.546		1.546	4.056				186	2.818
1760	673		673	4.009				298	2.249
1761	2.022		2.022	3.999		6.328		300	2.123
1762	2.181		2.181	4.003		7.145		182	2.167
1763	3.661		3.661	4.001		5.552		569	3.491
1764	3.582		3.582	4.003		5.554		423	1.695
1765	7.648	4,2	7.653					854	3.241
1766	11.225		11.225					523	3.070
1767	12.855		12.855					900	3.462
1768	23.824		23.824					892	3.684
1769	25.486		25.486					583	1.047
1770	15.626		15.626	2.339		3.406		274	2.803
1771	12.141		12.141	3.200		4.583			1.687
1772	37.276		37.276	3.233		4.527		512	3.015
1773	40.760		40.760	3.478		4.799		169	1.707
1774	22.062		22.062	3.213		4.594		608	3.007
1775	28.011		28.011	3.201		4.669		431	2.865
1776	26.401		26.401	3.784		5.369		1.020	1.854



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambráia Martins e Felipe Souza Melo

1777	42.561	21	42.582	4.531		6.371		297	1.836
1778	41.473		41.473	4.396		6.590		476	1.516
1779	45.545	804	46.349	4.572		7.357		1.327	1.774
1780	47.069	708	47.777	4.233	4.000	6.183		717	1.259
1781	62.994	968	63.962	5.963	4.228	8.327		947	2.730
1782	59.183	2.981	62.164	7.667	6.575	10.082		659	2.578
1783	56.941	9.442	66.383	7.442	5.100	10.762		1.394	3.670
1784	58.933	26.048	84.981	4.522	4.242	6.539		440	2.113
1785	53.674	15.396	69.070		5.633			1.022	383
1786	73.758	18.301	92.059	6.296	4.683	9.105		739	645
1787	77.687	42.159	119.846	6.460	6.710	9.341		2.236	2.207
1788	66.966	48.628	115.594	7.876	8.185	11.388		1.796	1.108
1789	81.266	109.603	190.869		4.311			1.787	650
1790	65.316	69.601	134.917		5.002			1.495	972
1791	81.911	121.423	203.334		4.712			1.117	1.296
1792	96.054	115.325	211.379		6.441			1.186	1.453
1793	93.965	43.376	137.341		7.116			1.553	1.853
1794	112.809	79.507	192.316		4.991			1.241	324
1795	188.678	142.320	330.998		5.056			1.474	1.624
1796	148.454	107.149	255.603		5.747	5.800	5.800	1.222	607
1797	74.411	29.172	103.583		5.631	5.800	5.800	1.595	1.559
1798	110.626	79.150	189.776		5.994	6.800	6.400	401	2.296
1799	120.525	116.620	237.145		6.343	5.800	7.200	1.196	637
1800	217.366	101.892	319.258		6.868	8.000	8.600	251	985
1801	179.194	152.997	332.191		6.790	6.720	8.800	1.531	4.816
1802	245.746	190.501	436.247		6.272	4.480	6.560	2.059	4.591
1803	307.867	138.746	446.613		6.527	5.120	7.520	1.105	4.063
1804	228.412	155.607	384.019		6.668	6.080	7.360	4.351	4.573
1805	197.538	239.798	437.336		6.652	6.720	7.680	2.212	3.061
1806	190.497	196.501	386.998		6.114	6.400	7.520	3.534	3.411
1807	222.672	195.931	418.603		5.489	6.720	7.680	2.427	1.672
1808	58.875	105.061	163.936					825	1.576
1809	411.868	192.899	604.766			5.120	5.920	2.003	1.362
1810	281.277	203.418	484.695			5.120	6.400	2.284	4.232
1811	293.503	114.675	408.178			3.200	3.840	2.375	3.012
1812	217.455	238.825	456.281			3.520	3.520	1.298	7.465
1813	322.527	265.228	587.755			4.000	4.000	1.043	5.971
1814	244.636					5.000	6.000	945	8.619
1815	272.047					6.000	7.500	1.378	8.458
1816						7.500	8.200	564	9.994
1817						8.000	8.200	2.238	7.272
1818						8.832	9.600	2.809	8.915
1819						8.320	8.960	1.923	5.296
1820						6.000	6.800	1.812	10.163

Legendas: MA = Maranhão e PE = Pernambuco.



REFERÊNCIAS

Bibliografia

- ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina. América Latina Colonial, Vo. II*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- ARRUDA, José Jobson Andrade de. O algodão brasileiro na época da revolução industrial. *América Latina em la Historia Económica*, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 167-203, mayo 2016.
- ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- BARBOSA, Luiz Cordelio. *Cotton in Nineteenth Century Brazil: Dependency and Development*. University of Washington, 1989 (tese de doutorado).
- BECKERT, Sven. *Empire of cotton. A global history*. New York: Alfred A. Knopf, 2015.
- BEZZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- BOTELHO, Tarcísio R. A população da América portuguesa em finais do período colonial (1776-1822): fontes e estimativas globais. *Anais de História de além-mar*, XVI, 2015.
- BURNARD, Trevor; and GARRIGUS, John. *The Plantation Machine. Atlantic Capitalism in French Saint-Domingue and British Jamaica*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O proto-campesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARREIRA, António. *A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (O comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII)*, Vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Nacional, 1988.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Rev. Bras. Hist.* vol.26 no.52. São Paulo Dec. 2006.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açaí, 2010.
- CROUZET, François. “Wars, blockade and economic change in Europe, 1792-1815.” *The Journal of economic history*. Vol. 24. N.º 4, 1964.



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

DRESCHER, Seymour. *Econocide. British slavery in the Era of Abolition*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977.

EDWARDS, Michael M. *The growth of the British cotton trade, 1780-1815*. Manchester: Manchester University Press, 1967.

ELLISON, Thomas. *The cotton trade of Great Britain. Including a history of the Liverpool cotton market and of the Liverpool cotton brokers' association*. Londres, Effingham Wilson, Royal Exchange, 1886.

EMMER, P. C., PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, O., ROITMAN, J. V., (edit) *A Deus ex Machina Revisited: Atlantic Colonial Trade and European Economic Development*. Leiden: Brill, 2006.

GAMES, Alison. Atlantic History: definitions, challenges and opportunities. *American historical review*, June 2006.

GAYOSO, Raimundo José de Souza. *Compendio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

KRICHTAL, Alexey. *Liverpool and the Raw Cotton. Trade: A Study of the Port and its Merchant Community, 1770-1815*. Wellington: Victoria University of Wellington, 2013 (Dissertação de mestrado em história).

MARCÍLIO, Maria Luiza. A população do Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina. América Latina Colonial, Vo. II*. São Paulo: EDUSP, 2004.

MARTINS, Diego de Cambraia. *O tráfico de escravos nos rios da Guiné e a dinâmica da economia atlântica portuguesa (1756-1807)*. São Paulo: USP, 2015 (dissertação de mestrado em história).

MEIRELES, Mário Martins. *Os negros do Maranhão*. São Luís: UFMA, 1983.

MELO, Felipe Souza. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: USP, 2017 (dissertação de mestrado em história).

MIKOSCH, Elisabeth, "The Manufacture And Trade Of Luxury Textiles In The Age Of Mercantilism". *Textile Society of America Symposium Proceedings*, 1990.

MINCHINTON, W. Patterns and Structure of Demand, 1500–1750 in The Sixteenth and Seventeenth Centuries. In: CIPOLLA, C. M. (Edit) *Fontana Economic History of Europe, vol. 2*. Brighton: Harvester Press, 1977.

NASH, R. C. The organization of trade and finance in the British Atlantic economy, 1600-1830. In: COCLANIS, Peter A. (Edit) *The Atlantic economy during the seventeenth and eighteenth centuries. Organization, operation, practice and personnel*. South Carolina: University of South Carolina Press, 2005.



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambráia Martins e Felipe Souza Melo

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

OLMSTEAD, Alan L.; RHODE, Paul W. Cotton, slavery, and the new history of capitalism. *Explorations in Economic History*, Volume 67, p. 1-17, 2018.

PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na capitania geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PEDREIRA, Jorge. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995 (Tese de doutorado em história).

PEREIRA, Thales Augusto Zamberlan. *The cotton trade and Brazilian foreign commerce during the industrial revolution*. São Paulo: USP, 2017 (tese de doutorado em economia).

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1942.

PRICE, Jacob. What did merchants do? Reflections on British oversea trade, 1660-1790. *The journal of economic history*, Vol. XLIX, n. 2, p. 267-284, 1989.

PRICE, Jacob. Transaction costs. A note on Merchant credit and the organization of private trade. In: TRACY, James (Edit.) *The Political Economy of Merchant Empires. State Power and World Trade, 1350-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

RATTON, Jacome. *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo, de maio de 1747 a setembro de 1810. 2. ed. revista cuidadosamente por J.M. Teixeira de Carvalho*. Coimbra Imprensa da Universidade, 1920.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Estado do Maranhão. Catequese do gentio. Rebeliões. Pacificação. In: LYRA, A. Tavares. *Sinopse histórica da capitania do Rio Grande do Norte (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

RIBEIRO JÚNIOR, José. A economia algodoeira em Pernambuco. Da colônia à independência. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1, 2, set, p. 235-242, 1981.

RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro. A Companhia geral de Pernambuco e Paraíba*. São Paulo: Hucitec, 2004.

RIELLO, Giorgio; PARTHASARATHI, Prasanna (edit.). *The spinning world. A global history of cotton textiles, 1200-1850*. Oxford: Oxford University Press, 2009

SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

SCHWARTZ, Stuart. Escravatura e comércio de escravos no Brasil do século XVIII. In: BETHECOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. (Dir.) *História da expansão*



O Algodão Do Brasil E A Economia Atlântica: Comparações Entre Maranhão E Pernambuco (C.1750-C.1810) – Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo

portuguesa. *O Brasil na balança do Império (1697-1808)*, Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

SCHWARTZ, Stuart. O Brasil colonial, c. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina. América Latina Colonial, Vo. II*. São Paulo: EDUSP, 2004.

STEIN, Stanley J. *The Brazilian cotton manufacture: textile enterprise in an underdeveloped area, 1850-1950*. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

STRUM, Daniel. *The Portuguese Jews and New Christians in the Sugar Trade: Managing Business Overseas – Kinship and Ethnicity Revisited (Amsterdam, Porto and Brazil, 1595—1618)*. Jerusalém: Hebrew University of Jerusalem, 2009 (Tese de doutorado em história).

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system II. Mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1600-1750*. New York: Academic Press, 1980.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

WOODMAN, Harold D. *King Cotton and his retainers. Financing and marketing the cotton crop of the South, 1800-1925*. South Carolina: University of South Carolina Press, 1990.